

Relatório
de Gestão

2016

CE – CIRCUITO ESTORIL, SA

Versão aprovada em reunião do Conselho de Administração de 17 de abril de 2017

Índice

Índice.....	1
I. INTRODUÇÃO	2
II. PRINCIPAIS FACTOS OCORRIDOS EM 2016.....	3
III. PRINCIPAIS FACTOS E INDICADORES DO EXERCÍCIO DE 2016.....	5
IV. PERSPETIVAS PARA 2017	6
V. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS.....	7
1. Objetivos de Gestão	7
2. Gestão do Risco Financeiro	8
3. Limite de crescimento do endividamento.....	9
4. Prazo Médio de Pagamentos	9
5. Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da aprovação das contas de 2015	10
6. Remunerações dos Órgãos Sociais, Auditor Externo e restantes trabalhadores	11
7. Aplicação do disposto nos artigos 32º e 33º do EGP, no que se refere:.....	17
8. Despesas não documentadas ou confidenciais.....	18
9. Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens.....	18
10. Relatório anual sobre prevenção da corrupção	19
11. Contratação Pública	19
12. Sistema Nacional de Compras Públicas	20
13. Frota Automóvel	20
14. Medidas de Redução de Gastos Operacionais.....	20
15. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado	22
16. Recomendações dirigidas à empresa resultantes de auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas.....	23
17. Informação a constar no site do SEE a 31 de dezembro de 2016	23
VI. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS.....	24
VII. NOTA FINAL E APLICAÇÃO DE RESULTADOS	25
1. Nota Final	25
2. Aplicação de Resultados	26

I. INTRODUÇÃO

A **CE - Circuito Estoril, S.A.**, doravante também referida como CE, Circuito Estoril ou Empresa, é uma sociedade anónima resultante, por um lado, da mudança de denominação da Sociedade Imobiliária do Autódromo Fernanda Pires da Silva, SA e, por outro, da transferência de exploração de atividade e de ativos da Sociedade Gestora do Autódromo Fernanda Pires da Silva, SA, já extinta em 2009 (ambas participadas a 100% pela PARPÚBLICA - Participações Públicas (SGPS) SA, como sucede atualmente com a CE), operações essas promovidas e consubstanciadas em deliberação unânime por escrito da acionista, de 31 de Março de 2007.

A CE tem exercido a sua atividade centrada na valorização e na exploração da capacidade instalada do Circuito Estoril, o seu único ativo.

O Presidente, com funções não executivas, apresentou renúncia ao cargo em Julho de 2013, tendo apenas sido substituído, por Deliberação Social Unânime por escrito, a 12 de abril de 2017, pelo Prof. Dr. Miguel Jorge de Campos Cruz.

Assim, o Conselho de Administração da empresa apresentou durante o exercício de 2016 a seguinte composição:

Presidente, não executivo: por eleger

Vogais, executivos: José Manuel Pereira Mendes de Barros

Anne Matthiessen Knudsen Hansen da Câmara

O Vogal José Manuel Pereira Mendes de Barros, cessou as suas funções em 31 de janeiro de 2017.

II. PRINCIPAIS FACTOS OCORRIDOS EM 2016

Os fatores como a rotatividade decorrente da diversificação dos locais de apresentações pelas marcas e a continuação da racionalização de custos e na utilização de meios por parte dos agentes, condicionaram a atividade da empresa no último ano que, ao ser comparado com o ano anterior, deve ter em conta que 2015 foi um ano de desempenho excepcional para a CE-Circuito Estoril S.A. em termos da rentabilização da capacidade instalada.

Apesar dos condicionantes, no exercício de 2016, foi possível atingir um resultado líquido muito perto de meio milhão de euros. Tal como era espectável o Circuito Estoril não conseguiu atingir os valores quer a nível financeiro, quer a nível de ocupação de pista de 2015, ano particularmente bem conseguido em termos da rentabilização da infraestrutura. No entanto conseguiu superar as metas prevista (previsão de 201 dias de ocupação), com uma ocupação de pista de 233 dias.

Para este desempenho muito contribuiu a qualidade dos eventos que tiveram lugar ao longo do ano, com destaque para as apresentações de novos modelos automóveis, de longe aqueles que maior retorno geram para o negócio da empresa. Foi um ano em que se continuou a sentir que as equipas e as marcas têm agora, por comparação com períodos anteriores à crise que assolou o setor, mais restrições financeiras para este tipo de eventos, mostrando igualmente maior exigência e capacidade para otimizar custos e recursos. No entanto foi possível observar alguma retoma deste setor.

Assim, em 2016, o Circuito do Estoril foi palco das apresentações a nível internacional da Daimler, Pirelli, e Honda. A nível nacional, as marcas continuaram a apostar no Circuito para a apresentação das suas frotas, nomeadamente, a Porsche Ibérica, BMW Portugal e BMW Motorrad, Peugeot e Mercedes Portugal.

A nível de testes, o ano foi igualmente proveitoso, mesmo tendo em conta que as equipas de competição continuam a não ter muita folga financeira, ao mesmo tempo que procuram reduzir o tempo de ocupação de pista, optando muitas vezes por partilhar entre elas os dias de testes, contribuindo deste modo para uma ocupação dos circuitos que outrora era muito menos contida e para uma crescente concorrência entre circuitos. Os eventos de testes que mais se destacaram em termos de volume de vendas foram os testes coletivos do

CE – CIRCUITO ESTORIL, SA

Campeonato de GP3 Series, os testes colectivos da Renault Sport e de várias equipas participantes no Campeonato European Le Mans Series.

No plano desportivo, manteve-se a realização das provas internacionais de automobilismo, sendo de destacar naturalmente o GT Open, Seat Leon Cup, Euroformula Open, Legend Classic Cup, a última prova do campeonato do European Le Mans Series (ELMS), a prova do campeonato de resistência de França VdeV, a “Endurance Super 7 by Kia” e os 250Km Estoril Endurance. Nas competições em duas rodas, o Estoril recebeu em Novembro, a prova “Copa Easy Race”.

No panorama nacional, importa destacar o Campeonato Nacional de Velocidade, Single Seater Series, Classic Super Stock, Clássicos, assim como o Campeonato Nacional de Velocidade de motos.

Realizaram-se ainda vários “Track Days” de motos, batismos de pista e “Driving Experiences”, tendo o circuito sido igualmente utilizado por produtoras nacionais e estrangeiras para a realização de sessões fotográficas e de filmagens para publicidade.

III. PRINCIPAIS FACTOS E INDICADORES DO EXERCÍCIO DE 2016

Face a 2015, o volume de vendas diminui 32%, ultrapassando mesmo assim os 2,3 milhões de euros, sendo a esmagadora maioria decorrente da exportação de serviços.

Foram atingidos em 2016, 233 dias de ocupação, contra os 303 dias de ocupação em 2015.

A empresa não evidencia qualquer endividamento junto de entidades terceiras fora do grupo económico tendo inclusivamente, em Dezembro de 2014, procedido ao cancelamento da conta corrente caucionada que vinha sendo mantida junto de instituição de crédito nacional, e ainda reduzido as dívidas a fornecedores, refletindo o PMP os termos negociados junto dos mesmos.

O EBITDA apesar de inferior ao montante de 2015 reflete a continuidade do crescimento que já se tinha verificado em 2014 (face a 2013), apesar de que em 2016 (face ao período homólogo) se reduziu 36%, atingindo valores positivos no montante de 853.225,73 euros, em linha com a redução dos custos de estrutura e com a redução do volume de vendas.

Os FSE diminuíram 35%, atingindo o montante de 1.134.037,19 euros, fruto da redução dos custos variáveis associados à redução da atividade da empresa. Em matéria de gastos com o pessoal, verificou-se uma ligeira subida (cerca de 3%), muito explicado pela reversão legal de reduções salariais operadas em anos anteriores. Foram também contabilizadas imparidades e reversões de dívidas a receber no montante de 3.798,59 euros. Continuaram-se a renegociar vários contratos com fornecedores e a denunciar outros, potenciando o aproveitamento dos recursos internos na prossecução das tarefas anteriormente subcontratadas.

Na sequência da avaliação efetuada em 2013 ao Circuito Estoril e, conseqüentemente, sobre a quantia recuperável dos Terrenos e Edifícios, foi solicitado um parecer de entidade independente sobre as vidas úteis futuras dos Ativos Fixos Tangíveis. Com base nesse trabalho, foram ajustadas as diversas rúbricas de modo a refletirem os dados do referido parecer. Os gastos de depreciações a partir de 2014 (inclusive) já refletem as novas vidas úteis apuradas.

Durante o ano, foram efetuados investimentos e benfeitorias no montante de 62.480,64 euros.

IV. PERSPETIVAS PARA 2017

Não obstante o que anteriormente se referiu, o ano de 2016 pode ser considerado um bom ano para o Circuito Estoril, consolidando a trajetória positiva encetada em exercícios anteriores, e que se perspectiva continuar em 2017, tendo em conta os compromissos já obtidos para o calendário de eventos para esse ano.

As receitas indutoras de rentabilidade dos autódromos como o Estoril, radicam em dois aspetos fundamentais. O primeiro está relacionado com o tipo de eventos. As apresentações de longa duração e os testes figuram no topo dos eventos que maior receita e rentabilidade (margem) trazem ao Circuito, figurando no extremo oposto, as provas desportivas. As provas desportivas de nível internacional, são muito importantes para o negócio pela visibilidade proporcionada e a atração de equipas para testes de preparação e de pneus. Por outro lado, encontramos também a vocação desportiva destes equipamentos, que é incontornável. Se as provas de maior dimensão acarretam custos significativos e apenas são viáveis financeiramente se subsidiadas ou patrocinadas (sponsorship), as provas mais pequenas, como as dos campeonatos nacionais de velocidade devem ser apoiadas. E é isso que o Circuito Estoril tem vindo a fazer em articulação com a FPAK e a FMP.

Em segundo lugar, é importante, com antecipação assegurar um planeamento adequado do ano seguinte, de modo a potenciar o aproveitamento da infraestrutura e o negócio. A ocupação de pista que se espera para 2017 está em linha com o orçamentado, que por sua vez está em linha com o que havia sido antecipado no orçamento da empresa para 2017, o que perspectiva a manutenção de um EBITDA e de resultados bastante positivos.

Em termos financeiros, prevê-se uma redução substancial do endividamento junto do acionista, já que no 1º trimestre foi efetuado o pagamento do montante de 961.658,88 euros respeitante a suprimentos, sendo a atividade integralmente autofinanciada. Esta circunstância resulta igualmente do facto de não estar projetado qualquer investimento em capital fixo que não seja o necessário à manutenção da estrutura e da capacidade instalada, incluindo eventuais investimentos necessários à manutenção do Grau 1 (o mais elevado) da pista do Autódromo pela FIA.

Com efeito, o número de dias de ocupação comprometida de pista ascende já a 225, muito perto da previsão orçamental de 264 dias, o que demonstra a dinâmica comercial da empresa no aproveitamento do regresso da confiança dos agentes e das marcas.

Em matéria de qualidade dos eventos, o ano de 2017 caracteriza-se por uma proliferação de apresentações internacionais de curta e média duração, tais como a KIA, Bentley, Suzuki, Porsche e BMW Motorrad e de uma grande apresentação internacional da BMW Group no final do ano. Relativamente a testes, estão previstos os testes colectivos da GP3 Series, testes de desenvolvimento de fábrica, de pneus e de várias sessões de testes de competição. Quanto a provas internacionais contamos acolher o GT Open, FIA Masters Historic Formula One Championship, FIA Masters Historic Sports Car Championship, VdeV (Campeonato de Resistência da França) e o CRM Motorsport, isto em quatro rodas, e em duas rodas a Copa S1000RR EasyRace e o FIM CEV que conta com os campeonatos europeus de Moto2 e Talent Cup e ainda o campeonato do mundo de Moto3 Junior.

V. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

1. Objetivos de Gestão

Constitui orientação estratégica interna, no atual cenário estatutário e tutelar referido, gerir o equipamento em causa com o objetivo central de criação de valor, assegurando o crescimento dos resultados líquidos com a visibilidade inerente e procurando, simultaneamente, manter níveis de endividamento residuais.

A atividade do Circuito Estoril encontra-se fortemente condicionada por circunstancialismos externos, desde logo de mercado, mas também por aqueles que são impostos pelos diferentes stakeholders, sejam as limitações impostas pelo enquadramento acionista e do regime das empresas públicas, por exemplo ao investimento, sejam aquelas que resultam do relacionamento com as forças vivas do concelho onde este equipamento se insere, designadamente em matéria de potenciação e de otimização do seu uso e exploração.

Em execução das orientações estratégicas externas e internas foram fixados objetivos de maximização da ocupação rentável e visível do Circuito Estoril.

Foram cumpridos e superados os objetivos propostos no plano de atividades e orçamento para 2016, nomeadamente:

- para uma previsão orçamental de ocupação de 201 dias, atingiu-se o patamar dos 233 dias.
- para uma previsão de um Resultado Líquido antes de imposto de 67.111,58 euros, atingiu-se o patamar de 544.898,46 euros (originou um Resultado Líquido de 507.703,20 euros);
- para um EBTDA orçamental de 398.844,26 euros , atingiu-se o patamar de 853.225,73 euros;
- para um Volume de Negócios previsional de 1.686.725,23 euros, atingiu-se o patamar de 2.358.375,11 euros
- relativo ao investimento, estava previsto que este ascendesse aos 165.000,00 euros, contudo o mesmo só atingiu os 62.480,64 euros, dos quais apenas 48.997,79 euros resultaram de auto financiamento, uma vez que o diferencial foi pago pela companhia de seguros. Não tendo sido possível a execução de algumas obras e melhoramentos previstos

CE – CIRCUITO ESTORIL, SA

para 2016, devido a circunstâncias várias, (obras que não podem ser realizadas em simultâneo com os eventos a decorrer, questões meteorológicas, e outras) os mesmos transitaram para 2017.

- relativamente aos gastos com pessoal, cuja previsão era de 471.490,44 euros, atingiram apenas os 372.493,54 euros. Esta redução deveu-se à não concretização da composição do novo Conselho de Administração a partir do início do 2º trimestre bem como do retorno à função de origem da Diretora Comercial, ainda atual Vogal do CA;

- quanto ao endividamento este manteve-se aos níveis do previsto no PAO 2016.

2. Gestão do Risco Financeiro

Com exceção dos suprimentos aportados pelo acionista único, a Parpública, os quais já no final de 2013 se situavam em pouco mais de 1.961 mil euros, o “CE – Circuito Estoril, SA” não evidencia qualquer outra dívida remunerada no final do exercício. Existiu ainda, e até final de 2014, um contrato para utilização de um descoberto em conta corrente, que entretanto foi cancelado por iniciativa do Circuito Estoril.

A exposição – não coberta – em matéria de risco de taxa de juro advém do facto desta vir a ser anualmente revista por parte do acionista, refletindo o eventual aumento/redução do custo associado aos seus próprios financiamentos. Em 2016 a taxa praticada pelo acionista foi de 3,859%, para 2017 a taxa será de 3,794%.

Os gastos financeiros suportados pela Empresa no endividamento referido situaram-se, em 2016, em cerca de 76 mil euros.

Taxa Médial Financiamento Gastos

	2016		2015		2014		2013		2012	
	Juros	Tx nominal	Juros	Tx nominal	Juros	Tx nominal	Juros	Tx nominal	Juros	Tx nominal
Parpublica - Suprimentos	75.907,83	3,859%	75.700,38	3,859%	88.392,35	4,51%	58.915,90	5,60%	53.304,40	5,27%
Conta Cauionada	-	-	-	-	-	BURIBOR A 3 MESES + SPREAD 5%	-	BURIBOR A 3 MESES + SPREAD 6,5%	7.403,66	BURIBOR A 3 MESES + SPREAD 6,5%

De notar que em Dezembro de 2014, foi cancelada a conta corrente caucionada que vinha sendo mantida junto de instituição de crédito nacional.

CE – CIRCUITO ESTORIL, SA

3. Limite de crescimento do endividamento

Passivo Remunerado	2016	2015	2014	2013	Variação 16/15	
	VALORES (€)				Valor	%
Financiamentos obtidos	1.961.659	1.961.659	1.961.659	1.961.659	-	0%
- dos quais concedidos pela DGTF	-	-	-	-	-	0%
Aumentos de Capital por dotação	-	-	-	-	-	0%
Aumentos de Capital por conversão de créditos	-	-	-	-	-	0%
Endividamento Ajustado	1.961.659	1.961.659	1.961.659	1.961.659	-	0%

O endividamento existente refere-se a suprimentos concedidos pelo acionista único.

4. Prazo Médio de Pagamentos

PMP	2016	2015	Variação 16/15	
			Valor	%
A fornecedores (dias)	50	52	-2	-5%

Conforme Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de Abril e definições do Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de Maio, a CE tem vindo a negociar prazos com os seus fornecedores à volta dos 65 dias. A esta situação excetuam-se as faturas relativas a eletricidade, água, comunicações, renting, seguros e alguns outros fornecedores com os quais foram acordados permanentemente ou apenas pontualmente prazos de pagamento mais reduzidos. A estratégia adotada para a sua diminuição consubstancia-se na redução futura do prazo de pagamentos a fornecedores.

Divulgação de Atrasos nos Pagamentos

Mapa da posição a 31/12/2016 dos atrasos nos pagamentos, nos termos do DL 65-A/2011, de 17 Maio

Dividas Vencidas	Valor (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o artigo 1.º DL n.º 65-A/2011			
	0 - 90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	>360 dias
Aquisições de bens e serviços	149.369,71				
Aquisições de capital					
TOTAL	149.369,71	0,00	0,00	0,00	0,00

“Atraso no pagamento”, o não pagamento de fatura correspondente ao fornecimento dos bens e serviços referidos no artigo seguinte após o decurso de 90 dias, ou mais, sobre a data convencionada para o pagamento da fatura ou, na sua ausência, sobre a data constante da mesma

5. Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da aprovação das contas de 2015

Dado que a empresa se encontrava na situação de perda de mais de metade do capital social e enquadrava-se no disposto no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, e cabendo ao acionista deliberar sobre a solução que, de entre as opções previstas na lei aplicável, considerava ser a mais adequada, o representante do acionista, solicitou em ao Conselho de Administração da sociedade que desenvolvesse os estudos demonstrativos do interesse e viabilidade das soluções decorrentes da aplicação do artigo 35º do código das Sociedades Comerciais, nomeadamente a fundamentação necessária ao preenchimento das condições previstas no artigo 11º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro.

Em sequência desta solicitação, o Conselho de Administração da CE em Outubro de 2014, apresentou ao acionista um estudo e proposta de aumento e redução de capital, de molde a cumprir com o estatuído na Lei.

Não foram emitidas recomendações por parte do acionista aquando da aprovação das contas de 2015.

6. Remunerações dos Órgãos Sociais, Auditor Externo e restantes trabalhadores

As remunerações dos membros do *Conselho de Administração* da empresa foram definidas através de DUE de 20 de Novembro de 2012, a qual teve por base os valores fixados pelos diplomas legais em vigor, e compatíveis com as boas práticas existentes em empresas de dimensão e complexidade semelhante. Os valores das remunerações foram sujeitos a um corte de 5% de acordo com a Lei 12-A/2010, a uma redução adicional de acordo com a Lei nº 75/2014 de 12 setembro e à eliminação progressiva desta última redução conforme Lei nº 159-A/2015 de 30 dezembro.

O *Fiscal Único* é pago através de uma avença mensal. A remuneração anual contratualizada com o Órgão de Fiscalização é de 7.000,00 euros.

Os membros da *Assembleia Geral* não auferem remuneração.

A CE não possui *auditor externo*, uma vez que a sociedade funciona com um fiscal único como órgão de fiscalização, com as competências definidas na Lei, sendo igualmente o responsável pela certificação legal das contas da empresa.

As remunerações dos *restantes funcionários* são aprovadas pelo Conselho de Administração, referindo-se ainda que as mesmas respeitam os princípios definidos na Lei nº 75/2014 de 12 setembro que estabelece os mecanismos das reduções remuneratórias temporárias bem como da Lei nº 159-A/2015 de 30 dezembro que estabelece a eliminação progressiva desta redução.

A competência para fixação das remunerações na empresa, são conforme mapa seguinte:

	Competencia para determinação de remunerações
Remunerações dos membros dos órgãos sociais	Accionista
Remunerações dos diretores	Conselho de Administração
Remunerações dos restantes funcionários	Conselho de Administração

CE – CIRCUITO ESTORIL, SA

Assim, a política remuneratória prosseguida em 2016, para além de respeitar os princípios definidos no Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de Março, relativo ao Estatuto do Gestor Público, também respeita as alterações na sequência da publicação do Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de Janeiro, que veio alterar o referido Estatuto, particularmente no que respeita à matéria remuneratória. Estas alterações vieram posteriormente a ser objeto de regulamentação e concretização através das RCM nº 16/2012, de 14 de Fevereiro, e nº 36/2012, de 26 de Março, Lei 75/2014 de 12 Setembro e Lei nº 159-A/2015 de 30 dezembro.

A política remuneratória dos órgãos sociais da CE, é fundada na total transparência e cumprimento das regras de bom governo e pelas boas práticas, disponibilizando no seu site e através do Relatório anual toda a informação sobre esta matéria. Assim, não só a política geral definida é objeto de divulgação, como também a informação individual referente às remunerações pagas a cada um dos membros dos órgãos sociais é objeto de adequada divulgação.

Divulgação das Remunerações

Remuneração da Mesa da Assembleia Geral

Os mandatos, cargos, nomes e vencimentos são os que constam do quadro seguinte:

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2016 (€)			
				Bruto	Redução Remuneratória	Reversão Remuneratória	Valor Final
2013-2015	Presidente	Dr.ª Ana Paula Costa Ribeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2013-2015	Secretária	Dr.ª Catarina Amaral Marques	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração do Conselho de Administração

Os mandatos, cargos e nomes são os que constam do quadro seguinte:

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRL			Nº de mandatos
			Forma	Data	Sim/Não	Entidade	(O/D)	
2012-2014	Vogal	José Manuel Pereira Mendes de Barros	DUE	20-11-2012	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	1
2012-2014	Vogal	Anne Matthiessen Knudsen Hansen da Camara	DUE	20-11-2012	Não	Não aplicável	Não aplicável	1

CE – CIRCUITO ESTORIL, SA

Apenas um membro do Conselho de Administração é remunerado pela empresa, sendo que o outro membro não auferir qualquer remuneração pelas funções exercidas, em virtude de auferir remuneração pelo exercício de funções de administração na empresa mãe do Grupo – a Parpública, SGPS.

No entanto, na Parpública o administrador auferiu as seguintes remunerações:

- 4.578,20 euros, paga 14 vezes por ano correspondente a remuneração base, Subsídio de Férias e de Natal
- 1.831,28 euros, paga 12 vezes por ano, correspondente a despesas de representação.

Os valores acima indicados foram sujeitos a um corte de 5% de acordo com a Lei 12-A/2010, a uma redução adicional de acordo com a Lei nº 75/2014 de 12 setembro e à eliminação progressiva desta última redução conforme Lei nº 159-A/2015 de 30 dezembro.

Importa ainda referir que não existem remunerações pagas sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios.

Não foram atribuídos prémios de gestão.

Não foram pagas ou devidas indemnizações a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

Acumulação de Funções

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
José Manuel Pereira Mendes de Barros	Parpública (SGPS), SA	Vogal do Conselho de Administração	Público
José Manuel Pereira Mendes de Barros	Águas de Portugal-SGPS, SA	Administrador não Executivo	Público
José Manuel Pereira Mendes de Barros	SAGESECUR, SA	Presidente Conselho de Administração	Público

CE – CIRCUITO ESTORIL, SA

O único administrador que usufrui remuneração respeita integralmente o novo estatuto remuneratório do gestor público, a Lei nº 12-A/2010, de 30 junho, a Lei nº 75/2014, de 12 setembro e a Lei nº 159-A/2015 de 30 dezembro.

Os montantes fixados para 2016 de acordo com a classificação da empresa são os que constam do mapa seguinte:

Membro do CA	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta €	
			Vencimento	Despesas de representação
José Manuel Barros (Vogal Executivo)	NA	NA	NA	NA
Anne Camara (Vogal Executiva)	Sim	C	*3270,66	1308,26
			**3340,25	1336,10
			***3409,84	1363,94
			****3479,43	1.391,77

* auferido durante o 1º trimestre

** auferido durante o 2º

*** auferido durante o 3º

**** auferido durante o 4º

Em cumprimento das boas regras de gestão, tal como previsto no Estatuto do Gestor Público, foram fixados os limites mensais para os encargos referentes a telemóveis, portagens e combustíveis consumidos pelas viaturas de serviço afetas ao administrador executivo que auferem remuneração. O limite das despesas mensais de combustível e portagens são as fixadas nos termos da lei em vigor, atualmente de um quarto do abono mensal para despesas de representação o que corresponde a 320,11 euros, o valor máximo mensal de despesas associadas a comunicações é de 80,00 euros.

É de referir ainda que no decorrer do atual mandato dos órgãos sociais, não há lugar à atribuição de qualquer componente variável da remuneração.

Também não existe nenhum regime complementar de pensões ou de reforma antecipada para os administradores.

De seguida apresenta-se o mapa contendo a informação detalhada e individualizada relativa a todas as remunerações e benefícios auferidos em 2016 pelos administradores:

CE – CIRCUITO ESTORIL, SA

Membro do CA	Remuneração Anual 2016 (€)					
	Fixa*	Variável	Valor Bruto	Reduções remuneratórias	Reversões remuneratórias	Valor Bruto Final
José Manuel Barros (Vogal Executivo)	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Anne Camara (Vogal Executiva)	68.856,21	NA	68.856,21	7.367,85	1.927,70	63.416,06
*Vencimento e despesas de representação (sem redução remuneratória)			68.856,21	7.367,85	1.927,70	63.416,06

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)						
	Subsidio de refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de acidentes Pessoais/Vida	Seguro de Saúde	Seguro Acidentes de Trabalho
	Diário	Montante pago Ano	Segurança Social	Encargo anual da entidade	Encargo anual da entidade	Encargo anual da entidade	Encargo anual da entidade
José Manuel Barros (Vogal Executivo)	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Anne Camara (Vogal Executiva)	NA	NA	SIM	15.969,33	30,47	665,37	1.161,88
				15.969,33	30,47	665,37	1.161,88

Membro do CA	Encargos com Viaturas - 2016								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referencia da viatura (€)	Modalidade	Ano Inicio	Ano Termo	Valor da Renda Mensal (€)	Gasto Anual com Rendias (€)	Nº prestações contratuais Remanescentes
José Manuel Barros (Vogal Executivo)	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Anne Camara (Vogal Executiva)	SIM	SIM	39.851,82	RENTING	2014	2018	593,45	7121,40	23

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em serviço (€)				
	Deslocações em Serviço	Custos com alojamento	Ajudas de Custo	Outros	Gasto total com viagens
José Manuel Barros (Vogal Executivo)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Anne Camara (Vogal Executiva)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração do Fiscal Único

O fiscal Único é pago através de uma avença mensal.

Fiscal único efetivo e suplente

A remuneração anual contratualizada com o Órgão de Fiscalização é de 7.000,00 euros.

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			Nº de anos de funções exercidas na sociedade	Nº de mandatos exercidos na sociedade
		Nome	Nº de inscrição na OROC	Nº registo na CMVM	Forma	Data	Contratada		
2013-2015	Fiscal Único Efectivo	BDO & Associados, SROC, Lda. representada pelo Dr. Pedro Manuel Aleixo Dias	Sociedade - 29 Representante 725	Sociedade - 20161384 Representante 20160361	AG	15-04-2013	Honorários	16	4
2013-2015	Fiscal Único Suplente	Dr.ª Sandra Maria Simões Filipe de Ávila Valério	995	20160610	AG	15-04-2013		9	2

Nome FU	Valor anual do contrato de Prestação de Serviços - 2016 (€)				Valor anual de Serviços adicionais - 2016 (€)				
	Valor	Reduções	Reversão	Valor Final	Identificação do serviço	Valor	Reduções	Reversão	Valor Final
BDO & Associados, SROC, Lda. representada pelo Dr. Pedro Manuel Aleixo Dias	7.000,00 €	0,00 €	0,00 €	7.000,00 €	--	--	--	--	--
Dr.ª Sandra Maria Simões Filipe de Ávila Valério	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA

As **remunerações dos restantes funcionários** são aprovadas pelo Conselho de Administração, referindo-se ainda que as mesmas respeitam os princípios definidos na Lei nº 75/2014 de 12 setembro que estabelece os mecanismos das reduções remuneratórias temporárias bem como da Lei nº 159-A/2015 de 30 dezembro que estabelece a eliminação progressiva desta redução.

Importa ainda referir que durante o ano 2016 não existiu qualquer valorização remuneratória em cumprimento do estabelecido no art.38º da Lei 83-B/2014, prorrogada para 2016 pelo nº 1 do artigo 18º da Lei nº 7-a/2016 de 30 março.

CE – CIRCUITO ESTORIL, SA

7. Aplicação do disposto nos artigos 32º e 33º do EGP, no que se refere:

a) - Não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa – De referir que, no cumprimento ao disposto no artigo 32º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo DL nº 8/2012, de 18 de Janeiro, não houve lugar à utilização de cartões de crédito pelos gestores, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa.

b) - Não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal - não existiu qualquer reembolso aos gestores de despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

c) - valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet – os montantes auferidos pelos gestores públicos neste âmbito são os que constam do quadro seguinte:

Membro do Conselho de Administração	Gastos com Comunicações Moveis (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
José Manuel Barros (Vogal Executivo)	NA	NA	Não auferem remunerações
Anne Camara (Vogal Executiva)	80,00	3,15	

d) - valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço – os montantes auferidos pelos gestores públicos neste âmbito são os que constam do quadro seguinte:

CE – CIRCUITO ESTORIL, SA

Membro do CA	Plafond Mensal Combustíveis e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			
		Combustível	Portagens	Total	Observações
José Manuel Barros (Vogal Executivo)	NA	NA	NA	NA	Não usufrui remuneração nem regalias pela CE
Anne Camara (Vogal Executiva)	327,066	1.148,87	226,95	1.375,82	O montante do Renting já inclui seguros e manutenção da viatura

8. Despesas não documentadas ou confidenciais

De referir que, no cumprimento ao disposto no nº 2 do artigo 16º do RJSPE e do artigo 11º do EGP, não se realizaram quaisquer despesas não documentadas ou confidenciais.

9. Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens

De referir que, no cumprimento ao disposto no nº 2 da Resolução do Conselho de Ministros nº 18/2014, de 7 de março, encontra-se em fase de elaboração para posterior divulgação de um relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens.

No entanto, dada a estrutura da empresa ser tão reduzida, não existem homens e mulheres a desempenhar funções semelhantes, não sendo possível efetuar comparações *inter* categorias. Daí não existir na empresa uma definição salarial por “categoria”. Contudo, no caso dos 2 diretores existentes, diretor de operações e diretora financeira, a remuneração bruta auferida pela diretora financeira é inclusivamente superior à remuneração bruta auferida pelo diretor de operações.

A empresa pauta-se pelo princípio da não discriminação de género, começando desde logo pela composição do seu Conselho de Administração. A diferenciação em termos nível salarial praticado entre os diferentes colaboradores advém naturalmente das aptidões técnicas e da criticidade da função.

10. Relatório anual sobre prevenção da corrupção

De referir que, no cumprimento ao disposto no nº 1 do artigo 46º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, a CE aprovou recentemente (outubro de 2016) a sua Política De Gestão De Riscos De Corrupção e Infrações Conexas e de Conflitos De Interesses onde estabelece as regras e procedimentos relativos à comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade, instituindo o dever dos colaboradores de comunicarem ao Conselho de Administração quaisquer práticas irregulares, a menos que envolvam membros deste órgão de gestão, caso em que tal comunicação deverá ser dirigida ao Presidente da Comissão de Auditoria do acionista único, a Parpública SGPS, SA. Por sua vez, o Manual de Procedimentos em uso na empresa foi desenhado de molde a implementar um sistema de controlo que passa pela supervisão de vários pessoas nos processos considerados críticos, como é o caso da aquisição de bens e serviços e da função financeira.

Encontram-se ainda devidamente aprovados pela Administração (em outubro de 2016), as versões preliminares da Política e Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e de Conflitos de Interesses. Neste âmbito não foi ainda elaborado nem divulgado nenhum relatório anual sobre a prevenção da corrupção.

11. Contratação Pública

Por se encontrar em regime concorrencial, a empresa não se encontra abrangida pelas normas de Contratação pública nos termos do disposto no art.º 2º nº 2, al. a), i) – Entidades Adjudicantes do Código dos Contratos Públicos. Não obstante, a empresa implementa um conjunto de boas práticas na aquisição de bens e serviços que passa sempre por consultas a vários fornecedores, optando, em condições de igualdade, pela proposta que permite maior poupança de custos.

A empresa implementou um sistema de controlo interno (SCI), vertido no seu manual de procedimentos aprovado em dezembro de 2013, e dirigido para áreas específicas da empresa, sendo periodicamente atualizado de acordo com a evolução da atividade e das boas práticas. A última atualização data de 16 de Fevereiro de 2015.

Importa ainda referir que não existiram atos ou contratos, celebrados com valor superior a 5 milhões de euros.

12. Sistema Nacional de Compras Públicas

A empresa não aderiu ao sistema nacional de compras públicas.

13. Frota Automóvel

O parque automóvel da empresa é constituído por cinco viaturas:

- Uma afeta à vogal executiva, em regime de *renting* de acordo com instruções do acionista (DUE 19/11/2008 e DUE 17/01/2014 com efeitos a partir de 24 Dezembro 2014)
- Duas afetas aos Diretores;
- Duas viaturas ligeiras de mercadorias afetas ao normal funcionamento da empresa.

Frota automóvel	2016	2015	2014	Var. 2016/2015	
				Valor	%
Gastos *	26.392	26.432	29.406	-40	0%
Nº veiculos	5	5	5	0	0%

Inclui os Gastos com Renting, conserv e reparação, combustivel, portagens, seguros, IUC e inspeções

14. Medidas de Redução de Gastos Operacionais

A CE apresenta em 2016 um EBITDA positivo no montante de 853.225,73 euros. Este reflete a manutenção de EBITDAs positivos que já se vinham a verificar desde 2014, apesar de em 2016 o EBITDA decrescer 36% face ao período homólogo.

Comparando sempre com o período homólogo, apesar dos FSE terem diminuído 35%, este é acompanhado por uma diminuição do Volume de Negócios (diminuição de 32%), fruto da diminuição da atividade.

Desta forma, apesar do já referido decréscimo dos FSE, e do decréscimo dos Gastos Operacionais (28% face a 2015), o peso dos Gastos operacionais sobre o Volume de Negócios aumentou, atingindo em 2016 um rácio de 64% (contra os 61% de 2015).

CE – CIRCUITO ESTORIL, SA

O acréscimo face a 2014 (decréscimo de 7% face a 2015) dos gastos de comunicação e o acréscimo de deslocação/Estadas face a 2014, está associado à atividade, resultante de serviços solicitados e faturados a clientes nomeadamente linhas de dados e Internet, salientando-se, contudo, que no caso das despesas com deslocação e estadas, os gastos registados nesta conta são inferiores aos constantes do Plano de Atividades e Orçamento 2016.

O aumento dos Gastos com Pessoal deveu-se não só ao aumento das horas extraordinárias, como também à reversão das reduções remuneratórias em vigor.

(Unid.: euros)

PRC	2016	2015	2014	2010	2016/2015		VARIACAO 2016/2010	
					Var. Absol.	Var. %	Var. Absol.	Var. %
EBITDA	853.225,73	1.334.550,47	180.959,47	2.417.953,64	-481.324,74	-36%	-1.564.727,91	-65%
(1)CMVMC	596,15	494,12	837,68	10.916,17	102,03	21%	-10.320,02	-95%
(2)FSE	1.134.037,19	1.736.925,25	751.842,38	6.734.699,21	-602.888,06	-35%	-5.600.662,02	-83%
(3)Gastos com Pessoal*	379.653,73	374.231,08	363.391,67	521.394,49	5.422,65	1%	-141.740,76	-27%
(4)Indemnizações pagas por rescisão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%	0,00	0%
(5)Impacto da reversão das reduções remuneratórias	7.160,19	13.432,42	15.571,29	0,00	-6.272,23	-47%	7.160,19	
Gastos Operacionais 1+2+3-4-5	1.507.126,88	2.098.218,03	1.100.500,44	7.267.009,87	-591.091,15	-28%	-5.759.882,99	-79%
Volume de Negócios	2.358.375,11	3.459.213,75	1.276.078,18	3.994.567,47	-1.100.838,64	-32%	-1.636.192,36	-41%
Peso dos Gastos / VN (%)	64%	61%	86%	182%				
Comunicações	25.253,24	27.299,63	22.098,84	60.853,26	-2.046,39	-7%	-35.600,02	-59%
Deslocações/Estadas	1.251,65	1.183,80	1.029,20	37.316,62	67,85	6%	-36.064,97	-97%
Ajudas de custo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%	0,00	0%
Trabalhadores								
Nº de Trabalhadores	14	14	14	n.a	0	0%	n.a	n.a
Nº de Efetivos	13	13	13	n.a	0	0%	n.a	n.a
- C.Administração	2	2	2	n.a	0	0%	n.a	n.a
- Diretores	2	2	2	n.a	0	0%	n.a	n.a
- Restantes Trabalhadores	10	10	10	n.a	0	0%	n.a	n.a
Nº Cargos de Direção (Diretores + C.A.)	4	4	4	n.a	0	0%	n.a	n.a
Nº Trabalhadores /Cargos Direção	3,5	3,5	3,5	n.a	0	0%	n.a	n.a
Viaturas								
Nº viaturas	5	5	5	n.a	0,00	0%	n.a	n.a
Gastos c/ as viaturas **	26.392	26.432	29.406	n.a	-40	0%	n.a	n.a

* o montante registado na contabilidade corresponde ao (3) deduzido do (5)

**Inclui os Gastos com Renting, conserv e reparação,combustivel, portagens, seguros, IUC e inspeções

CE – CIRCUITO ESTORIL, SA

15. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Em cumprimento do previsto no artigo 28º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 Outubro, a CE mantém a quase totalidade das suas disponibilidades e aplicações quando estas existam, junto da Agencia de Gestão da Tesouraria e da Divida Publica – IGCP.

A empresa não auferiu quaisquer juros fora do IGCP.

A empresa não foi dispensada totalmente ou parcialmente do cumprimento do principio da unidade de tesouraria.

De referir que se encontra em fase de elaboração o pedido de dispensa parcial do cumprimento do principio da unidade de tesouraria.

A 31/12/2016 a CE possuía as suas disponibilidades e aplicações financeiras distribuídas da seguinte forma:

Principio da Unidade de Tesouraria do Estado

à data de 31/12/2016 e em euros

Disponibilidades no IGCP	2.629.856,00
Disponibilidades noutras instituições Financeiras	4.082,26
Total de Disponibilidades	2.633.938,26
Aplicações Financeiras no IGCP	0,00
Aplicações Financeiras noutros bancos	0,00
Total de Aplicações Financeiras	0,00

As disponibilidades financeiras detidas na Banca Comercial e que resultam das necessidades de fluxos financeiros com clientes, são as constantes do quadro seguinte:

Banca Comercial	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
MillenniumBCP	19.202,86	22.174,05	81.225,57	2.046,68
Novo Banco	1.951,52	3.291,84	5.163,71	2.035,58
Total	21.154,38	25.465,89	86.389,28	4.082,26
Juros auferidos	0,00	0,00	0,00	0,00

CE – CIRCUITO ESTORIL, SA

16. Recomendações dirigidas à empresa resultantes de auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas

Não houve nenhuma auditoria conduzida pelo Tribunal de Contas à empresa nos últimos 3 anos.

17. Informação a constar no site do SEE a 31 de dezembro de 2016

Sendo uma empresa detida integralmente pela Parpública SGPS, o Circuito Estoril não disponibiliza diretamente informação no site do SEE.

A empresa cumpre contudo os deveres de informação a que está sujeita, maioritariamente através do INE, Tribunal de Contas, IGF e DGTF (estes últimos fundamentalmente através do SIRIEF), SIOU e Site da CE.

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação	
	S/N/N.A.	Data Atualização
Estatutos	N.A.	
Caraterização da Empresa	N.A.	
Função de tutela e accionista	N.A.	
Modelo de Governo /Membros dos Órgãos Sociais		
- Identificação dos órgãos sociais	N.A.	
- Estatuto remuneratório fixado	N.A.	
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	N.A.	
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do CA	N.A.	
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos O.S.	N.A.	
Esforço Financeiro Público	N.A.	
Ficha Síntese	N.A.	
Informação Financeira histórica e atual	N.A.	
Princípios de Bom Governo	N.A.	
- Regulamentos Internos e Externos que a empresa está sujeita	N.A.	
- Transações Relevantes c/ entidades relacionadas	N.A.	
- Outras transações	N.A.	
- Análise de sustentabilidade nos domínios Económica, Social e Ambiental	N.A.	
- Avaliação do cumprimento dos PBG	N.A.	
- Código de Ética	N.A.	

CE – CIRCUITO ESTORIL, SA

VI. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	Cumprimento	Quantificação/Identificação	Justificação/Referência ao ponto do Relatório
	S/N/A.		
Objectivos de Gestão			Ponto V. 1. Relatório
Maximização da ocupação rentável e visível	S	Real 233 dias ; Orçamentado 201 dias - Real / Orçamentado - acréscimo de 16%	Ponto V. 1. Relatório
Aumento dos Resultados Líquidos	S	RL Orçamentado 67.111,58 €; RL Real 507.703,20 € - Real / Orçamentado - acréscimo de 657%	Ponto V. 1. Relatório
Manter níveis de endividamento	S	Sem endividamento bancário ; Endividamento existente apenas contrato Suprimentos com o acionista	Ponto V. 1. Relatório
Redução de gastos operacionais	S	Redução de 28% dos gastos operacionais face ao período homologado	Ponto V. 14. Relatório
Metas a atingir constantes no PAO 2016			Ponto V. 1. Relatório
Princípios Financeiros de referência		RL, EBITDA e VN superior ao PAO2016:	Ponto V. 1. Relatório
Investimento		Inferior aos montantes constantes do PAO 2016	Ponto V. 1. Relatório
Gastos com pessoal		Inferior aos montantes constantes do PAO 2016	Ponto V. 1. Relatório
Grau de execução do orçamento carregado no Sigo/SOE	N.A.		Não carregamos a informação nessa plataforma
Gestão do Risco Financeiro	N.A.		Ponto V. 2. Relatório
Límites de Crescimento do Endividamento	S	Sem endividamento bancário ; taxa Suprimentos do Acionista 3,859%; valor do endividamento 1.961.659,00 euros	Ponto V. 3. Relatório
Evolução dos PMP a fornecedores	S	Redução de 2 dias em média no PMP a Fornecedores	Ponto V. 4. Relatório
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	S	0 €	Ponto V. 4. Relatório
Recomendações do acionista na aprovação de contas:	N.A.		Ponto V. 5. Relatório
Remunerações:			Ponto V. 6. Relatório
Não atribuição de prémios de gestão	S		Ponto V. 6. Relatório
CA - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016	S	Redução 8.675,93 €; Reversão 3.235,78 €	Ponto V. 6. Relatório
Fiscalização (FU) - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016	N.A.		Ponto V. 6. Relatório
Auditor externo - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016	N.A.		Ponto V. 6. Relatório
Restantes trabalhadores - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016	S	1.720,04 €	Ponto V. 14. Relatório
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias	S		Ponto V. 6. Relatório
EGP - artº 32º e 33º			Ponto V. 7. Relatório
Não utilização de cartões de crédito	S		Ponto V. 7. Relatório
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S		Ponto V. 7. Relatório
Valor máximo de despesas associadas a comunicações	S		Ponto V. 7. Relatório
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S		Ponto V. 7. Relatório
Despesas não documentadas ou confidenciais- nº 2 do artigo 16º do RJSPE e artº 31 do EGP			Ponto V. 8. Relatório
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S		Ponto V. 8. Relatório
Promoção da Igualdade salarial entre mulheres e homens - nº 2 da RCM nº 18/2014	S		Ponto V. 9. Relatório
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	N	Em fase de elaboração	
Prevenção da Corrupção - nº 1 do artigo 46º do DL nº 133/2013			Ponto V. 10. Relatório
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção	N		Não existiram ocorrências
Contratação Pública			Ponto V. 11. Relatório
Aplicação das Normas de contratação pública pela Empresa	N.A.		
Aplicação das Normas de contratação pública pelas participadas	N.A.		
Contratos submetidos a visto prévio do TC	N.A.		
Auditorias do Tribunal de Contas	S		Ponto V. 16. Relatório
Recomendação	N.A.		
Parque Automovel	S		Ponto V. 13. Relatório
Nº viaturas	S	0	Ponto V. 13. Relatório
Gastos com viaturas	S	26.392,00 €	Ponto V. 13. Relatório
Gastos Operacionais das Empresas Públicas (artigo 61º da Lei nº 82-B/2014)	S		Ponto V. 14. Relatório
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28º do DL 133/2013)	S		Ponto V. 15. Relatório
Disponibilidades e aplicações centralizadas ao IGCP	S	99,8% de disponibilidades e aplicações junto do IGCP em 31/12/2016	Ponto V. 15. Relatório
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial		4.082,26 €	Ponto V. 15. Relatório
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	S	0	Ponto V. 15. Relatório

VII. NOTA FINAL E APLICAÇÃO DE RESULTADOS

1. Nota Final

O capital próprio da empresa em 31/12/2016 ascende a € 9.046.047,08 para um capital social de € 30.000.000,00. Esta situação reflete a perda de mais de metade do capital social e enquadra-se no disposto no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, cabendo ao acionista deliberar sobre a solução que, de entre as opções previstas na lei aplicável, considere ser a mais adequada.

No âmbito do presente Relatório de Gestão, cabe ao Conselho de Administração alertar o acionista para a situação descrita. Em Outubro de 2014 a CE apresentou ao acionista um estudo e proposta de aumento e redução de capital, de molde a cumprir com o estatuído na Lei. A comissão executiva da Parpublica apreciou e discutiu com interesse a proposta apresentada pela CE, tendo considerado não estarem ainda reunidas as condições necessárias para a tomada de decisão.

Nos termos do nº 1 do art.º 21º do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de Outubro, informamos não ser a Sociedade devedora de quaisquer contribuições vencidas à Segurança Social ou às Finanças, bem como, não terem ocorrido factos relevantes após a data do balanço.

Invocando que o sucesso possível alcançado em 2016 só foi viável com sinergias, empenho pessoal e apoios institucionais, o Conselho de Administração agradece:

Aos clientes

A todos os colaboradores sem cuja atuação dedicada as metas não teriam sido alcançadas;

À acionista, Parpública, pela confiança e apoio prestados;

Às entidades de controlo, pelo acompanhamento efetuado;

Demais *stakeholders*.

CE – CIRCUITO ESTORIL, SA

2. Aplicação de Resultados

Pela leitura dos documentos de prestação de contas verifica-se um **Resultado Líquido positivo de 507.703,20 euros.**

Propõe-se que o montante de *25.385,16 euros*, seja destinado à constituição da *Reserva Legal*, e que o montante de *482.318,04 euros* seja transferido para a conta de *Resultados Transitados*.

Estoril, 17 de abril de 2017

A Administração

Dr. Miguel Jorge de Campos Cruz

Anne Matthiessen Knudsen Hansen da Câmara

CE – CIRCUITO ESTORIL, S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

CE CIRCUITO ESTORIL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	4	2.358.375,11	3.459.213,75
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5	(596,15)	(494,42)
Fornecimentos e serviços externos	6	(1.134.037,19)	(1.736.925,25)
Gastos com o pessoal	7	(372.493,54)	(360.798,66)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12	(3.798,59)	(27.145,51)
Outros rendimentos	8	7.083,52	936,91
Outros gastos	9	(1.307,43)	(236,35)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		853.225,73	1.334.550,47
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	10	(232.419,44)	(232.993,69)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		620.806,29	1.101.556,78
Juros e rendimentos similares obtidos	11	-	787,58
Juros e gastos similares suportados	11	(75.907,83)	(75.700,38)
Resultado antes de impostos		544.898,46	1.026.643,98
Imposto sobre o rendimento do período	13	(37.195,26)	(73.437,69)
Resultado líquido do período		507.703,20	953.206,29

A Administração

O Contabilista Certificado

CE CIRCUITO ESTORIL, S.A.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Moeda: Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2016	2015
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	10	8.780.640,57	8.963.940,80
		8.780.640,57	8.963.940,80
Activo Corrente			
Inventários	14	27.316,47	27.912,62
Clientes	15	57.007,17	183.088,27
Estados e outros entes públicos	17	32.370,30	-
Outros créditos a receber	18	16.934,43	15.947,14
Diferimentos	19	48.915,72	33.653,92
Caixa e depósitos bancários	20	2.636.438,26	2.308.071,09
		2.818.982,35	2.568.673,04
Total do activo		11.599.622,92	11.532.613,84
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	21	30.000.000,00	30.000.000,00
Outros instrumentos de capital próprio	22	15.674,40	15.674,40
Reservas legais	22	65.766,67	18.106,36
Resultados transitados	22	(21.543.097,19)	(22.448.643,17)
		8.538.343,88	7.585.137,59
Resultado líquido do período		507.703,20	953.206,29
Total do capital próprio		9.046.047,08	8.538.343,88
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	16	130.459,60	250.846,29
Adiantamentos de clientes	15	910,87	-
Estado e outros entes públicos	17	12.739,61	57.646,95
Accionistas/sócios	24	2.288.666,44	2.212.758,64
Diferimentos	19	26.641,62	268.217,43
Outras dívidas a pagar	23	94.157,70	204.800,65
		2.553.575,84	2.994.269,96
Total do passivo		2.553.575,84	2.994.269,96
Total do capital próprio e do passivo		11.599.622,92	11.532.613,84

A Administração

O Contabilista Certificado

CE CIRCUITO ESTORIL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRECTO

	Exercício findo em 31 de Dezembro	
	2016	2015
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Recebimentos de clientes	2.516.219,10	3.748.480,53
Pagamentos a fornecedores	(1.513.504,80)	(1.838.258,41)
Pagamentos ao pessoal	(358.316,70)	(346.499,50)
Caixa gerada pelas operações	644.397,60	1.563.722,62
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento	(101.738,31)	(2.238,68)
Outros recebimentos/ pagamentos	(63.802,44)	13.434,23
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais	478.856,85	1.574.918,17
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(74.789,27)	(27.633,30)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento	(74.789,27)	(27.633,30)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Outras operações de financiamento		1.124,89
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e gastos e similares	(75.700,41)	(328,61)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento	(75.700,41)	796,28
Variação de caixa e seus equivalentes	328.367,17	1.548.081,15
Caixa e seus equivalentes no início do período	2.308.071,09	759.989,94
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2.636.438,26	2.308.071,09
Detalhe da Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa	2.500,00	2.500,00
Depósitos bancários	2.633.938,26	2.305.571,09
	2.636.438,26	2.308.071,09

A Administração

O Contabilista Certificado

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES DOS CAPITAIS PRÓPRIOS

CAPITAIS PRÓPRIOS

	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
A 1 de Janeiro de 2015	30.000.000,00	15.674,40	18.106,36	(22.303.870,04)	(144.773,13)	7.585.137,59
Alterações no período						-
Aplicação dos resultados				(144.773,13)	144.773,13	-
	-	-	-	(144.773,13)	144.773,13	-
Resultado líquido do período					953.206,29	953.206,29
Resultado integral	30.000.000,00	15.674,40	18.106,36	(22.448.643,17)	953.206,29	8.538.343,88
A 31 de Dezembro de 2015	30.000.000,00	15.674,40	18.106,36	(22.448.643,17)	953.206,29	8.538.343,88
A 01 de Janeiro de 2016	30.000.000,00	15.674,40	18.106,36	(22.448.643,17)	953.206,29	8.538.343,88
Movimentos Período - 2016						
Aplicação dos resultados			47.660,31	905.545,98	(953.206,29)	-
	-	-	47.660,31	905.545,98	(953.206,29)	-
Resultado líquido do período					507.703,20	507.703,20
A 31 de Dezembro de 2016	30.000.000,00	15.674,40	65.766,67	(21.543.097,19)	507.703,20	9.046.047,08

A Administração

O Contabilista Certificado

**ANEXO AO BALANÇO E ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
A 31 DE DEZEMBRO de 2016**

1. INFORMAÇÃO GERAL DA ATIVIDADE DA EMPRESA

A **CE – CIRCUITO ESTORIL, SA** é detida pela Parpública, SGPS, SA, pertencente ao Grupo Parpública. As notas explicativas a seguir apresentadas respeitam às demonstrações financeiras individuais, apresentando a Parpública demonstrações financeiras consolidadas.

A **CE – CIRCUITO ESTORIL, SA** tem a sua sede na Avenida Alfredo César Torres, Apartado 49, 2646-901 Alcabideche, Concelho de Cascais, Portugal.

A sociedade até 1 de Abril de 2007 não exerceu qualquer atividade de exploração e o seu património consistia num recinto desportivo afeto aos desportos motorizados, composto por um conjunto de bens, construções e infraestruturas, que em 1998 estabeleceu um contrato entre si e uma sociedade gestora de património com duração de 15 anos.

A partir de 1 de Abril de 2007 a sociedade exerce a atividade de exploração do autódromo exercida anteriormente pela sociedade (Sociedade Gestora do Autódromo Fernanda Pires da Silva, S.A.).

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras da CE-Circuito Estoril, SA foram preparadas de acordo com o sistema de normalização contabilística (SNC).

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo conselho de administração em 17 de Abril de 2017.

Não foi derogada qualquer disposição do SNC que afete a imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da empresa.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Bases de preparação

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas normas que lhes são aplicáveis e que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), designados genericamente por NCRF. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas o Decreto-Lei nº158/2009 de 13 de Julho, a estrutura conceptual do SNC (Aviso nº15652/2009); os Modelos de Demonstrações Financeiras (portaria nº986/2009), o Código de Contas (Portaria nº1011/2009) e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) (Aviso nº 15655/2009) e as Normas Interpretativas (Aviso nº 15653/2009). Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho; e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC. As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados.

As Demonstrações Financeiras da CE – Circuito Estoril, S.A. foram preparadas em harmonia com os princípios de contabilidade geralmente aceites, aplicando-se o modelo do custo deduzido de imparidades, na base da continuidade das operações e em conformidade com os princípios contabilísticos da prudência, especialização de exercícios, consistência e substância sobre a forma e materialidade.

A acionista Parpública, SGPS, S.A. detentora de 100% do Capital Social, deliberou, a alteração da denominação da sociedade anterior (Sociedade Imobiliária do Autódromo Fernanda Pires da Silva, S.A.) para a atual sociedade (CE – Circuito Estoril, S.A.) tendo esta designação sido aprovada pelo certificado de admissibilidade nº 627907, emitido em 9 de Março de 2007, pelo RNPC.

Foi igualmente deliberado pelo acionista integrar a atividade de exploração do autódromo exercida anteriormente pela sociedade (Sociedade Gestora do Autódromo, S.A.), na atual sociedade, CE – Circuito Estoril, S.A.

A modalidade escolhida como a mais adequada à referida transferência da atividade consistiu na operação de entrada de ativos, a coberto do regime da neutralidade fiscal.

Com a entrada em vigor do novo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), os subsídios não reembolsáveis recebidos do Estado, foram contabilizados numa conta dos Capitais próprios (593-Subsídios).

Todos os valores constantes das notas e para as quais não esteja indicada a unidade monetária, estão expressos em EUROS.

Transações em moeda estrangeira

A moeda funcional e de apresentação da CE – Circuito Estoril, S.A., é o EURO.

Todas as diferenças existentes são levadas a resultados no período em que ocorrem.

Ativos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados pelo modelo do custo deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Para os bens transferidos da Sociedade Gestora do Autódromo, foi utilizada a mesma taxa que era praticada por essa Sociedade para que no final do ano 2012 todos os bens constantes da conta Edifícios e Outras Construções se encontrem totalmente depreciados. Em Dezembro de 2013 foi solicitado a entidade independente uma avaliação com referência a 31 Dezembro 2013, para determinação da Quantia Recuperável. As imparidades resultantes dessa avaliação encontram-se refletidas nas contas (Terrenos e Edifícios) à data de 31 Dezembro. Posteriormente, foi também emitido um parecer de entidade independente, sobre as vidas úteis futuras dos Ativos Fixos Tangíveis, objeto desta avaliação. Com base nesse trabalho foram ajustadas as diversas rúbricas de modo a refletirem os dados do referido parecer. Os gastos de depreciações e amortizações a partir de 2014 inclusive, já refletem as novas vidas úteis apuradas.

Encontram-se registados nesta rubrica ativos tangíveis em curso no valor total de 152.425,00 € respeitante ao terreno destinado ao Kartódromo.

Este ativo resulta de contrato promessa celebrado em Janeiro de 2012 com a Estamo, para a aquisição de um lote de terreno, sito na Freguesia de Alcabideche, e que é contíguo ao Autódromo, o qual integrava o património do Instituto de Gestão Financeira da Justiça, I.P., visando a sua futura utilização em beneficiação e valorização da infraestrutura do Circuito Estoril. Aguarda-se o registo em nome da CE.

Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos. Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada em resultados. A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence. A reversão de perdas por imparidade

reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados sendo efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Gastos de financiamento

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o pressuposto do acréscimo.

Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo é registado no ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização/depreciação do ativo, calculada conforme descrito acima, são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas referentes a bens adquiridos neste regime são reconhecidas como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Caixa e seus equivalentes

A rubrica Caixa e seus equivalentes é composta por dinheiro e investimentos altamente líquidos prontamente convertíveis para dinheiro, sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo ou ao custo amortizado e, no caso dos ativos financeiros, ao custo deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas ou ao custo amortizado. O custo amortizado corresponde ao valor no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa de qualquer diferença entre esse montante na maturidade, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade, e menos qualquer redução quanto à imparidade ou incobrabilidade. Os ativos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado incluem: clientes, outras contas a receber, fornecedores, outras

contas a pagar e empréstimos obtidos. Os ativos financeiros mensurados pelo custo ou custo amortizado são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. A perda por imparidade dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original. Em relação aos ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo. Se o montante da perda por imparidade diminui e se tal diminuição estiver objetivamente relacionada com um acontecimento que deu lugar ao reconhecimento da perda, esta deve ser revertida até ao limite do montante que estaria reconhecido (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. As perdas por imparidade e sua reversão são registadas em resultados na rubrica Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões) no período em que são determinadas. São desreconhecidos ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais são retidos alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido. Os passivos financeiros são desreconhecidos apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Clientes

A maioria das prestações de serviços são realizadas em condições normais de crédito, e os correspondentes saldos de clientes não incluem juros debitados ao cliente.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Subsídios

Os subsídios destinados às obras da infraestrutura do autódromo, tiveram origem na realização do Capital em espécie que consta do inventário especialmente preparado para o efeito quando da transferência de Ativos e Passivos da Sociedade Gestora do Autódromo, SA, a qual ocorreu em 1 de Abril de 2007.

A operação referida anteriormente segue o regime da neutralidade prevista no art.º 67 e seguinte do CIRC, pelo que os Ativos e Passivos objeto de transferência foram inscritos na contabilidade desta sociedade, com os mesmos valores que tinham na contabilidade da anterior sociedade.

Os subsídios do Governo relativos à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente registados no capital próprio e subsequentemente reconhecidos em resultados, proporcionalmente às depreciações dos ativos associados.

Os subsídios do Governo relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados pelo período necessário para os balancear com os gastos que se destinem a compensar.

Rédito

As vendas e prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de Diferimentos ou Outras contas a pagar ou a receber.

Imposto sobre o rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos (cinco a dez anos para a Segurança Social, conforme aplicação do regime de transição). Deste modo, as declarações fiscais das Empresas incluídas na consolidação dos anos de 2013 a 2016 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão, embora a Empresa considere que eventuais correções resultantes de revisões fiscais àquelas declarações de impostos não terão efeito significativo nas Demonstrações Financeiras à data de 31 de Dezembro de 2016.

Impostos sobre Lucros

O gasto relativo a “Imposto sobre o rendimento do período” representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido. O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças

temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias. Um ativo por impostos diferidos é reconhecido para todas as diferenças temporárias e reportes fiscais dedutíveis até ao ponto em que seja provável que exista um lucro tributável ao qual a diferença temporária dedutível possa ser usada. Um passivo por impostos diferidos é reconhecido para todas as diferenças temporárias tributáveis exceto quando esse imposto diferido resultar de reconhecimento inicial do goodwill ou reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração de atividades empresariais e não afete, no momento dessa transação, nem o lucro contabilístico nem o lucro tributável. Os Impostos Correntes e Diferidos são reconhecidos como um rendimento ou como um gasto e incluídos no resultado líquido do período, exceto quando o imposto provenha de uma transação ou acontecimento que seja reconhecido, no mesmo ou num diferente período, diretamente no capital próprio, caso em que o respetivo imposto é diretamente debitado ou creditado ao Capital Próprio.

Responsabilidades Contingentes

As responsabilidades Contingentes à data de 31 de Dezembro são as que constam do quadro seguinte:

EUROS								
Tipo	Descrição	R&C	Nota	Quantificável	Probabilidade de Ocorrência	Montante	Horizonte Temporal	Observações
Contencioso	Procº nº 4345/12.9TBCSC - Acção Declarativa de Condenação	Sim	3	Sim	15%	573.876,55	2014 e pós 2014	O processo tem vários réus envolvidos (não apenas a CE). A CE contestou a acção, aguardando-se o prosseguimento dos ulteriores termos do processo"
Contencioso	Procº nº 991/10.3BESNT - Acção de Contencioso Pre-contractual	Sim	3	Não	0%	0,00		O Supremo Tribunal Administrativo ordenou que o processo baixasse às instâncias inferiores, a fim de ser apurado se a CE deve ser considerada entidade adjudicante para efeitos de aplicação do Código dos Contratos Públicos e eventual revolução dos autos em processo indemnizatório.
Contencioso	Procº nº 50894/16.0YIPRT - processo de injunção	Sim	3,00	Sim	50%	41.298,50		Processo de injunção instaurado pela Massa Insolvente da Ensulmedi - Gestão de Projectos de Engenharia, S.A., em que é peticionada a quantia de € 41.298,50, (capital e juros calculados até 27 de Maio de 2016).
Leasing Operacional	Renting viatura 32-NO-15 - contrato termina a 15/03/2017 rendas por vencer 3 - 522,01 X3= 1,566,03 euros	Sim	3 e 6	Sim	100%	1.566,03	15-03-2017	
Leasing Operacional	Renting viatura 75-PI-59 - contrato termina a 22/12/2018 rendas por vencer 24 - 593,46 x 24= 14.243,04 euros	Sim	3 e 6	Sim	100%	14.243,04	22-12-2018	
Leasing Operacional	Renting viatura 50-NN-92 - contrato termina a 12/03/2017 rendas por vencer 3 - 512,71 X3= 1,538,13 euros	Sim	3 e 6	Sim	100%	1.538,13	12-03-2017	

Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, quando materialmente relevantes, são divulgados nas demonstrações financeiras.

Não existem factos supervenientes à data do Balanço, tanto quanto é do conhecimento da Administração, suscetíveis de alterar com materialidade a situação económico-financeira da empresa.

4. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Vendas de Produtos		
Mercado interno	952,44	651,06
Sub-total	<u>952,44</u>	<u>651,06</u>
Prestação de Serviços - Mercado Interno	1.475.852,33	1.765.198,14
Prestação de Serviços - Uniao Europeia	862.850,34	1.676.184,55
Prestação de Serviços - Países terceiros	18.720,00	17.180,00
Sub-total	<u>2.357.422,67</u>	<u>3.458.562,69</u>
Vendas e prestações de serviços	<u>2.358.375,11</u>	<u>3.459.213,75</u>

5. CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
	<u>Mercadorias</u>	<u>Mercadorias</u>
1. Existência iniciais	27.912,62	28.407,04
2. Compras	0,00	0,00
3. Regularização de Existências	0,00	0,00
4. Existência finais	27.316,47	27.912,62
5. CMVMC (1+2+3-4)	<u>596,15</u>	<u>494,42</u>

6. FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Trabalhos especializados	379.041,12	359.158,98
Publicidade	2.257,30	0,00
Vigilância e segurança	157.165,50	179.312,05
Honorários	31.653,00	18.000,00
Comissões	39.433,80	355.341,84
Conservação e reparação	46.399,65	45.508,76
Serviços bancários	1.465,71	1.930,51
Ferramentas e utensílios	1.698,38	1.846,08
Material Escritório	1.898,70	1.887,89
Electricidade	75.213,19	89.548,42
Combustíveis	124.566,23	455.406,13
Água	29.023,01	14.499,88
Outros fluidos	2.106,00	1.800,64
Deslocações e estadas	1.421,65	1.183,80
Rendas e alugueres viaturas	19.538,04	19.538,03
Rendas Outras	21.894,52	38.980,80
Comunicação	25.253,24	27.299,63
Seguros	29.130,35	28.550,18
Limpeza, higiene e conforto	56.109,50	79.561,21
Outros	88.768,30	17.570,42
Fornecimentos e serviços externos	<u>1.134.037,19</u>	<u>1.736.925,25</u>

A CE Circuito Estoril, SA detém o direito, em locações operacionais, de utilização de diversos veículos, os quais levaram ao reconhecimento dos gastos com Rendas e Alugueres de Viaturas acima indicados.

No final do período, a CE tem compromissos por locações operacionais não canceláveis com os seguintes vencimentos:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
A menos de 1 ano	10.229,25	19.552,80
A mais de 1 ano e a menos de 5 anos	6.527,95	16.756,78

7. GASTOS COM O PESSOAL

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Remunerações		
Orgãos sociais	63.652,71	60.611,78
Pessoal	<u>228.002,10</u>	<u>221.701,63</u>
	<u>291.654,81</u>	<u>282.313,41</u>
Prémios de seguro	12.032,81	12.000,22
Encargos sobre remunerações	67.258,06	64.690,19
Outros	<u>1.547,86</u>	<u>1.794,84</u>
Sub-total	<u>80.838,73</u>	<u>78.485,25</u>
Gastos com o pessoal	<u>372.493,54</u>	<u>360.798,66</u>

8. OUTROS RENDIMENTOS**Outros rendimentos**

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Correcções períodos anteriores	6.816,63	880,66
Outros	<u>266,89</u>	<u>56,25</u>
	<u>7.083,52</u>	<u>936,91</u>

9. OUTROS GASTOS**Detalhe de outros gastos**

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Imposto de selo	9,52	18,57
Imposto unico circulação	84,00	84,00
Taxas	133,00	133,00
Descontos pronto pagamento concedidos	0,10	0,75
Multas	189,00	
Gastos e perdas em investim. não financeiros	891,81	
Correcções exercícios anteriores		0,03
	<u>1.307,43</u>	<u>236,35</u>

10. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

	Terrenos, Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Total
1 de Janeiro de 2015						
Custo de aquisição	57.264.529,43	537.343,42	128.457,45	225.050,32	105.375,24	58.260.755,86
Depreciações acumuladas	(35.139.995,62)	(493.848,95)	(128.457,45)	(175.353,26)	(96.598,06)	(36.034.253,34)
Imparidade	(13.208.877,51)					(13.208.877,51)
Valor líquido	8.915.656,30	43.494,47	-	49.697,06	8.777,18	9.017.625,01
Adições	15.900,00	938,75	7.500,00	1.199,26	1.346,50	26.884,51
Depreciação - exercício	(196.927,21)	(17.680,71)	(104,13)	(15.734,60)	(2.547,04)	(232.993,69)
Outras Diminuições	(0,03)					(0,03)
Valor líquido	8.734.629,06	26.752,51	7.395,87	35.161,72	7.576,64	8.811.515,80
31 de Dezembro de 2015						
Custo de aquisição	57.280.429,43	538.282,17	135.957,45	226.249,58	106.721,74	58.287.640,37
Depreciações acumuladas	(35.336.922,86)	(511.529,66)	(128.561,58)	(191.087,86)	(99.145,10)	(36.267.247,06)
Valor líquido antes imparidade	21.943.506,57	26.752,51	7.395,87	35.161,72	7.576,64	22.020.393,31
Imparidade Terreno-2012	(1.542.779,06)					(1.542.779,06)
Imparidade Terreno-2013	(9.992.279,61)					(9.992.279,61)
Imparidade Edifícios-2013	(1.673.818,84)					(1.673.818,84)
Valor líquido após imparidade	8.734.629,06	26.752,51	7.395,87	35.161,72	7.576,64	8.811.515,80
ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS EM CURSO						
	152.425,00					152.425,00
Saldo em 01-01-2013	882.296,14					
Transferido para Activo Tangível	(343.575,00)					
Imparidade 31-12-2013	(386.296,14)					
	152.425,00					
TOTAL GERAL	8.887.054,06	26.752,51	7.395,87	35.161,72	7.576,64	8.963.940,80
1 de Janeiro de 2016						
Custo de aquisição	57.280.429,43	538.282,17	135.957,45	226.249,58	106.721,74	58.287.640,37
Depreciações acumuladas	(35.336.922,86)	(511.529,66)	(128.561,58)	(191.087,86)	(99.145,10)	(36.267.247,06)
Imparidade	(13.208.877,51)					(13.208.877,51)
Valor líquido	8.734.629,06	26.752,51	7.395,87	35.161,72	7.576,64	8.811.515,80
ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS EM CURSO						
	152.425,00					152.425,00
TOTAL GERAL	8.887.054,06	26.752,51	7.395,87	35.161,72	7.576,64	8.963.940,80
31 de Dezembro de 2016						
Adições	455,00	38.119,80		3.070,84	20.835,00	62.480,64
Alienções/Abates		(938,75)		(1.120,00)		(2.058,75)
Depreciação - exercício	(197.604,88)	(15.951,02)	(1.249,50)	(13.978,10)	(3.635,94)	(232.419,44)
Valor recebido seguro		(12.469,62)				(12.469,62)
Depreciação-alienações/abates		46,94		1.120,00		1.166,94
Valor líquido	8.689.904,18	35.559,86	6.146,37	24.254,46	24.775,70	8.780.640,57
31 de Dezembro de 2016						
Custo de aquisição	57.280.884,43	575.463,22	135.957,45	228.200,42	127.556,74	58.348.062,26
Depreciações acumuladas	(35.534.527,74)	(539.903,36)	(129.811,08)	(203.945,96)	(102.781,04)	(36.510.969,18)
Valor líquido antes imparidade	21.746.356,69	35.559,86	6.146,37	24.254,46	24.775,70	21.837.093,08
Imparidade Terreno-2012	(1.542.779,06)					(1.542.779,06)
Imparidade Terreno-2013	(9.992.279,61)					(9.992.279,61)
Imparidade Edifícios-2013	(1.673.818,84)					(1.673.818,84)
Valor líquido após imparidade	8.537.479,18	35.559,86	6.146,37	24.254,46	24.775,70	8.628.215,57
ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS EM CURSO						
	152.425,00					152.425,00
TOTAL GERAL	8.689.904,18	35.559,86	6.146,37	24.254,46	24.775,70	8.780.640,57

Os acontecimentos e circunstâncias que conduziram ao reconhecimento de perda por imparidade nos períodos anteriores surgem na sequência das reservas nas Certificações Legais das Contas dos últimos anos. Desta forma a CE decidiu contratar uma entidade externa para obter a quantia recuperável dos seus Ativos. A avaliação obtida junto da entidade externa, permitiu concluir que a quantia recuperável dos Terrenos e Edifícios da CE- Circuito Estoril ascende a 9.111.656,00 euros.

Foi igualmente reconhecida uma perda por imparidade no período anterior nos Ativos Fixos Tangíveis em Curso.

Posteriormente, foi também emitido um parecer de entidade independente, sobre as vidas úteis futuras dos Ativos Fixos Tangíveis, objeto desta avaliação. Com base nesse trabalho foram ajustadas as diversas rúbricas de modo a refletirem os dados do referido parecer.

11. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES SUPOSTADOS E OBTIDOS

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Gastos financeiros		
Juros suportados	75.907,83	75.700,38
	75.907,83	75.700,38
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ganhos financeiros		
Juros obtidos(IGCP)		787,58
	0,00	787,58

Os juros suportados referem-se à remuneração dos suprimentos aportados pelo acionista em exercícios anteriores.

Taxa Médial Financiamento Gastos

	2016		2015		2014		2013		2012		2011	
	Juros	Tx nominal	Juros	Tx nominal	Juros	Tx nominal	Juros	Tx nominal	Juros	Tx nominal	Juros	Tx nominal
Parpublica - Suprimentos	75.907,83	3,859%	75.700,38	3,859%	88.392,35	4,51%	58.915,90	5,60%	53.304,40	5,27%	50.487,09	5,25%
Conta Cauionada	-	-	-	-	-	EURIBOR A 3 MESES + SPREAD 5%	-	EURIBOR A 3 MESES + SPREAD 6,5%	7.403,66	EURIBOR A 3 MESES + SPREAD 6,5%	3.540,32	EURIBOR A 3 MESES + SPREAD 3,5%

Em Dezembro de 2014, foi cancelada a conta corrente caucionada que vinha sendo mantida junto de instituição de crédito nacional.

12. IMPARIDADES**Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)**

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Imparidade dívida a receber clientes	4.361,00	27.145,51
Reversão de perdas por imparidade	562,41	
	<u>3.798,59</u>	<u>27.145,51</u>

13. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

A sociedade encontram-se sujeita a imposto sobre as pessoas coletivas (IRC), sendo a taxa atual de 21% acrescida da taxa de derrama. Nos termos do Art.º 81º do CIRSC, a empresa está sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas aí previstas.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Resultado líquido do período	507.703,20	953.206,29
A Acrescer (1)	100.741,20	99.660,39
Imposto s/ rendimento (2)	37.195,26	73.437,69
A Deduzir (3)	(251.209,19)	(250.942,44)
	<u>(113.272,73)</u>	<u>(77.844,36)</u>
Resultado depois de Imposto	<u>394.430,47</u>	<u>875.361,93</u>
(1) - A Acrescer	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Anulação PEC		
Menos valias contabilísticas	891,81	
Multas	189,00	
Reintegrações não aceites	99.660,39	99.660,39
	<u>100.741,20</u>	<u>99.660,39</u>
(2) - Imposto s/rendimento	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro tributável	394.430,47	875.361,93
Dedução prejuizos fiscais	(276.101,33)	(612.753,35)
- Imposto à taxa normal	24.849,12	55.147,80
- Derrama	4.930,38	10.942,02
Tributação Autónoma		
- Deslocações (Via Verde)	315,96	307,02
- Conservação viaturas	153,12	3,18
- Combustíveis	1.039,62	1.130,62
- Renting viaturas	5.907,07	5.907,05
	<u>37.195,26</u>	<u>73.437,69</u>
(3) - A deduzir	<u>2016</u>	<u>2015</u>
PI das vidas úteis futuras	250.942,44	250.942,44
Mais valias contabilísticas	266,75	
	<u>251.209,19</u>	<u>250.942,44</u>

Apresenta-se de seguida um mapa com os respetivos valores de prejuízos fiscais com indicação da data limite para utilização dos mesmos.

Prejuízos fiscais dedutíveis por ano

Ano	Valor	Ano limite Utilização
2012	1.541.248,18	2017
2013	-	2018
2014	275.407,56	2026
2015	-	2027
2016	-	2028
	1.816.655,74	

Nenhum ativo por impostos diferidos foi reconhecido no balanço em virtude da CE não ter diferenças temporárias tributáveis ou provas convincentes de que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis.

14. INVENTÁRIOS

Inventário	2016	2015
Mercadorias	27.316,47	27.912,62
Total inventários	27.316,47	27.912,62

15. CLIENTES

	2016		2015	
	Corrente	Total	Corrente	Total
Cientes Gerais	57.007,17	57.007,17	183.088,27	183.088,27
Cientes de cobrança duvidosa	1.863.046,74	1.863.046,74	1.859.248,15	1.859.248,15
	1.920.053,91	1.920.053,91	2.042.336,42	2.042.336,42
Perdas por imparidade	1.863.046,74	1.863.046,74	1.859.248,15	1.859.248,15
Total Clientes	57.007,17	57.007,17	183.088,27	183.088,27
Adiantamento clientes	910,87	910,87	-	-
Total adiantamento clientes	910,87	910,87	-	-

16. FORNECEDORES

Descrição	2016	2015
Fornecedores gerais	130.459,60	250.846,29
Total saldo fornecedores - correntes	130.459,60	250.846,29

17. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

	2016		2015	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC	20.616,59			45.514,31
Impostos s/ rendimento - IRS		5.159,00		5.045,00
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	11.753,71	108,51		72,43
Contribuições p/ segurança social		7.472,10		7.015,21
	32.370,30	12.739,61	-	57.646,95

Detalhe da rubrica de IRC

	2016	2015
Pagamentos especial por conta	7.720,00	23.831,32
Pagamentos por conta	48.504,00	
Retenções na fonte	1.587,85	4.092,06
Estimativa de IRC	(37.195,26)	(73.437,69)
Total	20.616,59	(45.514,31)

18. OUTROS CREDITOS A RECEBER

	2016		2015	
	Corrente	Total	Corrente	Total
Outros devedores	178,99	178,99	100,00	100,00
Adiantamento órgãos sociais	14.608,94	14.608,94	14.608,94	14.608,94
Saldo devedor Fornecedores	2,96	2,96		
	14.790,89	14.790,89	14.708,94	14.708,94
Acrescimos de rendimentos				
Outros acrescimos	2.143,54	2.143,54	1.238,20	1.238,20
	2.143,54	2.143,54	1.238,20	1.238,20
Outros creditos a receber	16.934,43	16.934,43	15.947,14	15.947,14

19. DIFERIMENTOS

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Seguros	27.484,83	22.965,84
Manutenção	10.252,68	3.002,59
Outros serviços		299,52
Combustível a consumir	11.178,21	7.385,97
Gastos a reconhecer	<u>48.915,72</u>	<u>33.653,92</u>
Reservas circuito	25.426,45	260.450,00
Codrives a realizar	943,09	6.459,37
Outros rendimentos	272,08	1.308,06
Rendimentos a reconhecer	<u>26.641,62</u>	<u>268.217,43</u>

20. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Numerário		
- Caixa	2.500,00	2.500,00
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	2.633.938,26	2.305.571,09
	<u>2.633.938,26</u>	<u>2.305.571,09</u>
Caixa e equivalentes de caixa (activo)	<u>2.636.438,26</u>	<u>2.308.071,09</u>

21. CAPITAL REALIZADO

A seguinte entidade detêm mais de 20% do capital subscrito:

Entidade	%
Parública- Participações Públicas, SGPS, S A	100,00

	2016		2015	
	Número de acções	Capital Social	Número de acções	Capital Social
	15.000.000	30.000.000,00	15.000.000	30.000.000,00
Capital Realizado	<u>15.000.000</u>	<u>30.000.000,00</u>	<u>15.000.000</u>	<u>30.000.000,00</u>

22. VARIAÇÕES CAPITAIS PRÓPRIOS

CAPITAIS PRÓPRIOS

	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
A 1 de Janeiro de 2015	30.000.000,00	15.674,40	18.106,36	(22.303.870,04)	(144.773,13)	7.585.137,59
Alterações no período						-
Aplicação dos resultados				(144.773,13)	144.773,13	-
	-	-	-	(144.773,13)	144.773,13	-
Resultado líquido do período					953.206,29	953.206,29
Resultado integral	30.000.000,00	15.674,40	18.106,36	(22.448.643,17)	953.206,29	8.538.343,88
A 31 de Dezembro de 2015	30.000.000,00	15.674,40	18.106,36	(22.448.643,17)	953.206,29	8.538.343,88
A 01 de Janeiro de 2016	30.000.000,00	15.674,40	18.106,36	(22.448.643,17)	953.206,29	8.538.343,88
Movimentos Período - 2016						
Aplicação dos resultados			47.660,31	905.545,98	(953.206,29)	-
	-	-	47.660,31	905.545,98	(953.206,29)	-
Resultado líquido do período					507.703,20	507.703,20
A 31 de Dezembro de 2016	30.000.000,00	15.674,40	65.766,67	(21.543.097,19)	507.703,20	9.046.047,08

O Capital Próprio ascende a 9.046.047,08 € em 31 de Dezembro de 2016, quando o Capital Social é de 30.000.000,00 €, estando assim perdida metade do capital, sendo necessário proceder à recomposição dos capitais, nos termos dos Artigos 35º e 171º do Código das Sociedades Comerciais.

Em Outubro de 2014 a CE apresentou ao acionista um estudo e proposta de aumento e redução de capital, de molde a cumprir com o estatuído na Lei.

23. OUTRAS DIVIDAS A PAGAR

	2016		2015	
	Corrente	Total	Corrente	Total
Fornecedores investimentos				
Fornecedores gerais	18.913,07	18.913,07	18.718,54	18.718,54
Outros credores				
Sindicatos		0,00		0,00
Acréscimos de gastos				
Férias, sub. Férias e encargos	46.008,99	46.008,99	45.405,81	45.405,81
Juros Suprimentos Parpublica		0,00	75.700,38	75.700,38
Comissões-Bancos		0,00		0,00
Outros	29.235,64	29.235,64	64.975,92	64.975,92
Outras dividas a pagar	94.157,70	94.157,70	204.800,65	204.800,65

24. ACIONISTAS/SÓCIOS (TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS)

As transações com partes relacionadas foram feitas em termos equivalente aos que prevalecem nas transações em que não existe relacionamento entre as partes, nomeadamente em cumprimento das disposições em matéria de preços de transferência.

Os saldos e transações com partes relacionadas, ou seja, com Empresas entre as quais existe a capacidade de controlo ou de exercer influência significativa na tomada de decisões financeiras e operacionais, referem-se a suprimentos aportados em exercícios anteriores e escalonam-se como segue:

	2016			2015		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
ACCIONISTAS - Parpública						
Empréstimos	1.961.658,88		1.961.658,88	1.961.658,88		1.961.658,88
Juros de suprimentos	327.007,56		327.007,56	251.099,76		251.099,76
	2.288.666,44	0,00	2.288.666,44	2.212.758,64	0,00	2.212.758,64

Alcabideche, 17 de Abril de 2017

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O CONTABILISTA CERTIFICADO

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores,

Relatório

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a atividade do CE - Circuito Estoril, SA, examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos do Conselho de Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o Anexo e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Parecer

Assim, somos de parecer:

1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o Anexo, apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016;

2º Que seja aprovada a Proposta de Aplicação de Resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 17 de abril de 2017

O FISCAL ÚNICO



Pedro Aleixo Dias, em representação de
BDO & Associados - SROC

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do CE - Circuito Estoril, SA (adiante também designada por CE ou Empresa), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 11 599 623 euros e um total de capital próprio de 9 046 047 euros, incluindo um resultado líquido de 507 703 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Empresa nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

O capital próprio em 31 de dezembro de 2016 ascende a 9 046 047 euros, quando o Capital Social ascende a 30 000 000 euros, pelo que são aplicáveis as disposições dos Artigos 35º e 171º do Código das Sociedades Comerciais sobre a recomposição dos capitais e sobre a necessidade de divulgação do montante do capital próprio segundo o último balanço aprovado. Nesse âmbito, no seu Relatório de Gestão, o Conselho de

Administração refere que “... cabe ao Conselho de Administração alertar o acionista para a situação descrita. Em outubro de 2014 a CE apresentou ao acionista um estudo e proposta de aumento e redução de capital, de molde a cumprir com o estatuído na lei. A Comissão Executiva da Parpública apreciou e discutiu com interesse a proposta apresentada pela CE, tendo considerado não estarem ainda reunidas as condições necessárias para a tomada de decisão.”

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão

O órgão de gestão é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Empresa de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade da Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a

fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre o Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Conforme referido no Relatório de Gestão, para além das disponibilidades no IGCP, o CE tem duas contas na banca comercial representando as mesmas a 31 de dezembro 0,16% do total das disponibilidades. A Empresa não auferiu quaisquer juros fora do IGCP. De referir que se encontra em fase de elaboração o pedido de dispensa parcial o cumprimento do princípio da Unidade de Tesouraria do Estado.

Lisboa, 17 de abril de 2017



Pedro Aleixo Dias, em representação de
BDO & Associados, SROC, Lda.